



ORIENTAÇÃO TÉCNICA AGE Nº 02/2016 CONTRATOS

DATA: 22/06/2016
REVISÃO: 0

OBJETIVO:

Instrumentalizar as Coordenações de Controle Interno (CCIs) para verificar o cumprimento de normativos legais relativos à celebração, execução, fiscalização e pagamento de contratos em geral.

ESCOPO:

Contratos que estejam em andamento ou foram encerrados no mesmo exercício da verificação, selecionados por amostragem com base nos critérios apontados na OT AGE nº 06/2015.

BASE LEGAL:

Lei Estadual nº 9.433/2005; Decreto Estadual nº 12.366/2010; Instrução Normativa Saeb nº 014, de 23/08/2014; Instrução Conjunta Saeb - PGE nº 001, de 18/10/2002; Lei Federal nº 4.320/1964 e Portaria PGE nº 63/2016.

Outros instrumentos normativos deverão ser utilizados para subsidiar, de forma complementar, a inspeção de contratos de natureza específica, à exemplo daqueles relativos a serviços terceirizados previstos na Lei Estadual nº 12.949/2014 e no Decreto Estadual nº 15.219/2014, que a regulamenta.

ORIENTAÇÕES GERAIS:

1. Aplicar o *checklist* anexo para verificar a situação de cada contrato analisado.
NOTA: Essa verificação pode ser feita durante a execução do contrato ou após seu encerramento.
2. Utilizar campo "OBSERVAÇÃO" do *checklist* para registrar qualquer informação adicional sobre cada item analisado.
3. Acrescentar, eventualmente, novos itens ao *checklist*, caso julgue pertinente.
4. Emitir "PARECER" sobre a análise do contrato, informando se o mesmo "atende plenamente", "atende parcialmente" ou "não atende" aos requisitos legais.
5. Assinar e datar o "PARECER".
6. Reportar ao superior imediato os casos em que forem identificadas irregularidades ou ilegalidades, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.



ORIENTAÇÃO TÉCNICA AGE Nº 02/2016 CONTRATOS

DATA: 22/06/2016
REVISÃO: 0

ÓRGÃO/SETOR INSPECIONADO:			
RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO/SETOR INSPECIONADO:			
NOME DO CONTRATADO:			
CONTRATO Nº:	DATA ASSINATURA:	VALOR TOTAL (R\$):	VIGÊNCIA:
MODALIDADE/TIPO DE LICITAÇÃO QUE ORIGINOU O CONTRATO:			
OBJETO DO CONTRATO:			
ADITIVOS EFETUADOS (DATA/TIPO):			

Nº	EM CADA ETAPA, VERIFICAR O SEGUINTE	S	N	NA	OBSERVAÇÃO
CELEBRAÇÃO					
1	No preâmbulo do contrato consta indicação sobre o processo licitatório ou contratação direta que o originou?				
2	A modalidade de licitação utilizada para a contratação foi adequada (art. 55, Lei Estadual nº 9.433/2005, c/c art. 6º, Decreto Estadual nº 12.366/2010)?				
3	O tipo de licitação que deu origem ao contrato foi adequado (arts. 57 e 58, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
4	No momento da celebração, o contratado encontrava-se apto a contratar com o Estado, estando isento de penalidade de suspensão ou de impedimento?				
5	O contrato contém a identificação da unidade gestora da contratação e da fiscalização do contrato?				
6	O contrato foi assinado dentro do prazo de 30 (trinta) dias da homologação e adjudicação da licitação ou, se prorrogado por até 15 (quinze) dias, houve despacho motivado da autoridade competente (art. 124, § 3º, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
7	Caso o primeiro colocado não tenha celebrado o contrato, a ordem de classificação dos licitantes foi seguida e as condições da proposta vencedora foram mantidas?				
8	O adjudicatário firmou o contrato no prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório (art. 124, § 4º, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
9	A vedação para agente político ou servidor público celebrar contrato, por si ou como representante de terceiro, foi atendida (art. 125, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
10	O objeto do contrato apresenta elementos característicos, com todas as especificações e quantitativos que permitam um acompanhamento preciso de sua execução, inclusive mensuração dos resultados para o pagamento da contratada, se for o				



ORIENTAÇÃO TÉCNICA AGE Nº 02/2016 CONTRATOS

DATA: 22/06/2016
REVISÃO: 0

Nº	EM CADA ETAPA, VERIFICAR O SEGUINTE	S	N	NA	OBSERVAÇÃO
	caso (art. 126, I, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
11	O regime de execução e a forma de fornecimento contém elementos suficientes para o acompanhamento e a execução do contrato no prazo previsto (art. 126, II, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
12	O contrato contém cláusulas objetivas que definam o preço e as condições de pagamento; os critérios, data-base e periodicidade de reajustamento de preços; os critérios de atualização monetária entre a data de adimplemento das obrigações e do seu efetivo pagamento (art. 126, III, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
13	Há demonstração no processo que justifique o preço contratado?				
14	No caso de contratação de serviços terceirizados, o preço contratado está de acordo com os preços unitários máximos definidos e publicados pela Saeb (art. 8º, Decreto Estadual nº 12.366/2010)?				
15	O contrato está de acordo com a minuta-padrão aprovada pela PGE ou pelo órgão de assessoria jurídica da unidade responsável pela licitação (art. 133, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
16	No caso de exigência de garantia contratual, foi adotada uma das modalidades e limites previstos no art. 136 da Lei Estadual nº 9.433/2005?				
17	O prazo de duração do contrato está de acordo com o prescrito no art. 140 da Lei Estadual nº 9.433/2005, em especial o limite de até 60 (sessenta) meses, no caso de prestação de serviços executados de forma contínua?				
18	Em caso de contratação emergencial de serviços terceirizados, o prazo máximo de vigência foi de até 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, ininterruptos e improrrogáveis (art. 10, § 2º, Decreto Estadual nº 12.366/2010)?				
19	Houve publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial, no prazo de 10 (dez) dias corridos da sua assinatura (art. 131, § 1º, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
EXECUÇÃO					
20	O contrato foi ou está sendo executado fielmente pelas partes (art. 151, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
21	Alterações contratuais eventualmente ocorridas após celebração (ex: aumento de preço; alteração de quantitativos; ampliação de prazo; mudanças de especificação do objeto; eliminação ou alteração de cláusulas etc) estão devidamente fundamentadas?				
22	O órgão contratante forneceu ao contratado os elementos indispensáveis ao início da obra, serviço ou fornecimento, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura do contrato (art. 151, § único, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
23	Em caso de prorrogação de prazo de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega, esta ocorreu				



ORIENTAÇÃO TÉCNICA AGE Nº 02/2016 CONTRATOS

DATA: 22/06/2016
REVISÃO: 0

Nº	EM CADA ETAPA, VERIFICAR O SEGUINTE	S	N	NA	OBSERVAÇÃO
	em razão de algum dos motivos previstos no art. 141, Lei Estadual nº 9.433/2005?				
24	Em caso de prorrogação de contrato, esta foi solicitada no prazo de até 60 (sessenta) dias antes do seu termo final, com justificativa escrita e previamente autorizada pela autoridade competente, com demonstração inequívoca da vantajosidade para a Administração (art. 142, § único, Lei Estadual nº 9.433/2005, c/c art. 4º IN Conjunta Saeb/PGE nº 001/2002)?				
25	As alterações contratuais tiveram a manifestação prévia da PGE ou órgão de assessoria jurídica da unidade responsável, nos termos da Portaria PGE nº 63/2016?				
26	Acréscimos ou supressões contratuais foram realizados com a devida motivação e dentro dos limites estabelecidos (até 25% para obras, serviços e compras e até 50% para reforma de edifício ou equipamento) (art. 143, §§ 1º e 3º, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
27	Em caso de ocorrência de situações que resultem em comprovada repercussão nos preços contratados, houve a necessária revisão, para mais ou para menos, conforme o caso (art. 143, § 5º, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
28	Em caso de revisão do preço original do contrato, houve comprovação do desequilíbrio, com as necessárias justificativas, inclusive com pronunciamento dos setores técnicos e jurídicos e aprovação da autoridade competente (art. 143, § 7º, Lei Estadual nº 9.433/2005, c/c Portaria PGE nº 63/2016)?				
29	Em caso de reajustamento dos preços, foram observados todos os dispositivos contratuais e legais, em especial o critério e a periodicidade do reajuste (arts. 144 a 150, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
30	Em caso de subcontratação de parte do objeto do contrato, esta foi efetuada dentro dos limites admitidos no edital e no contrato (art. 160, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
FISCALIZAÇÃO					
31	Houve designação formal de servidor ou comissão responsável pela fiscalização do contrato?				
32	O servidor designado para fiscalizar e acompanhar a execução conhece os termos do contrato?				
33	O recebimento de material, a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato estão a cargo de comissão de servidores permanentes do quadro da Administração (art. 153, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
34	A fiscalização do contrato foi ou está sendo executada de modo a detectar tempestivamente quaisquer problemas e adotar as providências cabíveis para sua resolução (art. 154, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
35	Em caso de contrato de serviços terceirizados, com disponibilização de pessoal, entrevistar amostra de empregados e checar se a empresa contratada:				



ORIENTAÇÃO TÉCNICA AGE Nº 02/2016 CONTRATOS

DATA: 22/06/2016
REVISÃO: 0

Nº	EM CADA ETAPA, VERIFICAR O SEGUINTE	S	N	NA	OBSERVAÇÃO
35.1	reajusta os salários em conformidade com o salário-mínimo ou acordo coletivo da categoria?				
35.2	paga salários em dia?				
35.3	fornece vale-transporte e auxílio alimentação conforme combinado?				
35.4	paga adicionais de insalubridade e de periculosidade, quando devidos?				
35.5	fornece devidamente material de limpeza, higiene pessoal, fardamento e EPIs?				
35.6	efetua exames médicos periódicos?				
36	Ainda em caso de contrato de serviços terceirizados, com disponibilização de pessoal, as funções exercidas pelos empregados estão de acordo com o contratado, sem ocorrência de desvios de função?				
37	Ocorrências relativas à execução do contrato estão devidamente registradas pela fiscalização, com indicação das providências necessárias à correção de falhas ou defeitos observados, inclusive com os lançamentos no SIMPAS, se for o caso (art. 154, I, Lei Estadual nº 9.433/2005, c/c item 4, IN Saeb nº 014/2014)?				
38	Em caso de verificação de incidentes e ocorrências durante execução que acarretaram ou possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual, o fiscal do contrato deu imediata ciência aos seus superiores (art. 154, III, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
39	O fiscal do contrato promoveu as verificações necessárias antes de expedir a competente habilitação para a liberação de pagamentos do contratado (art. 154, V, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
40	A fiscalização verificou a obrigação do contratado de manter, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias (art. 154, VIII, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
41	Caso tenha se verificado a ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, o contratado reparou, corrigiu, removeu, reconstruiu ou substituiu, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato (art. 157, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
42	Executado o contrato, seu objeto foi devidamente recebido (art. 161, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
43	Em caso de recebimento do objeto em desacordo com as condições pactuadas, houve despacho, escrito e fundamentado, da autoridade superior, e houve as deduções devidas (art. 164, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
44	Em caso de rescisão contratual, os motivos estão devidamente fundamentados e teve o opinativo da PGE				



ORIENTAÇÃO TÉCNICA AGE Nº 02/2016 CONTRATOS

DATA: 22/06/2016
REVISÃO: 0

Nº	EM CADA ETAPA, VERIFICAR O SEGUINTE	S	N	NA	OBSERVAÇÃO
	ou do órgão de assessoria jurídica da unidade (art. 167, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
PAGAMENTO					
45	Os pagamentos foram realizados dentro dos prazos contratados?				
46	O pagamento do contrato está consentâneo com o seu objeto, em especial com relação ao quantitativo de empregados alocados?				
47	Existe segregação de funções entre quem atesta a realização do serviço e quem confere e efetua o pagamento?				
48	No caso de contrato de terceirização de serviços, consta no processo de pagamento a relação completa com os nomes dos empregados alocados, com indicação de função e local de trabalho?				
49	Consta no processo de pagamento os "atestos" de todas as unidades/locais onde os serviços foram prestados?				
50	Os valores liquidados estão de acordo com o que foi atestado pela fiscalização do contrato?				
51	Os quantitativos faturados pelo contratante e atestados pela fiscalização correspondem, de fato, aos realizados?				
52	O processo de execução de despesa contemplou empenho prévio (art. 60, Lei Federal nº 4.320/1964)?				
53	Os dados constantes do empenho (nome do credor, valor, objeto, classificação orçamentária etc) estão compatíveis com os do contrato (art. 60, Lei Federal nº 4.320/1964)?				
54	O contratante, quando do pagamento das faturas, efetuou as retenções dos tributos devidos (art. 159, § 2º, Lei Estadual nº 9.433/2005)?				
55	No momento do pagamento, o contratado se encontrava isento de penalidades como suspensão ou impedimento de contratar com o Estado?				
PARECER SOBRE ANÁLISE DO CONTRATO					
<p>(Informar se o contrato analisado atende plenamente, parcialmente ou não atende aos requisitos legais e acrescentar outras informações ou observações consideradas relevantes):</p>					
ANALISADO POR:		ASSINATURA:		DATA:	